

Recenseamento militar 2010: automático e universal

Por Flávio Gonçalves Foi por mero acaso que ouvi na rádio acerca da recente alteração ao regime do recenseamento militar, uma vez que nos últimos anos era de conhecimento comum a abolição da obrigatoriedade do cumprimento do serviço militar (que passou a voluntário ou a contratual) certamente muita gente olvidou que se mantivesse como obrigatório o recenseamento de jovens do sexo masculino quando atingem a idade adulta.

Sucede que a alteração efectuada no passado dia 8 de Janeiro alterou dois pormenores neste recenseamento que, creio eu, merecem a atenção de todos nós: Primeiro: o recenseamento passa a ser automático, graças às inovações tecnológicas dos últimos anos (uma delas o Cartão de Cidadão, mas não só) os jovens não têm que mexer um dedo para serem recenseados, o Governo trata disso transferindo para o Ministério da Defesa os dados dos jovens que vão atingindo a maioridade (os 18 anos). Segundo: o recenseamento passa a ser universal, quer isto dizer que num esforço igualitário também as mulheres passam a ser obrigatoriamente recenseadas (assim tipo o modelo israelita). Porque é que isto me preocupa? Ora bem, se por um lado até faz sentido - devido à baixa natalidade portuguesa que certamente causará uma redução drástica no número de jovens do sexo masculino aptos para serviço militar - por outro deixa-me de pé atrás que numa era (europeia) de pacifismo e de irrelevância (portuguesa) no campo militar nacional que se encontra deteriorado, desgastado, mal abastecido e mal amado (isto segundo os próprios profissionais do ramo) se faça um levantamento de quantas mulheres e homens em armas Portugal tem o potencial de reunir... Quem ainda se lembra que Portugal, outrora uma das maiores potências marítimas, nem policia convenientemente a sua área marítima por falta de combustível (o policiamento dos Açores foi inclusive, na altura em que Paulo Portas era Ministro da Defesa e do Mar, cedido aos Estados Unidos), os nossos militares carecem de armamento moderno, salvo os que desempenham funções em missões das Nações Unidas, os militares manifestam-se nas ruas de Lisboa contra as más condições a que são submetidos, e etc., quem ainda se lembra de tudo isto não atinge qual o interesse de se registar - e sendo automático muito provavelmente sem que os recenseados sequer o saibam - toda a população portuguesa militarmente apta? Virá aí alguma crise tão grave ao ponto do governo recorrer aos militares, actualmente tão ignorados e denegridos, para controlar a população civil em caso de revolta? Virá por aí uma nova guerra mundial? Ou servirá tão só este recenseamento para que forças externas, talvez sedeadas em Bruxelas mas sem ignorar Washington e Telavive, saibam ao certo qual a capacidade de resistência que Portugal, militarmente, pode constituir? Como em tudo, apenas o tempo nos dará a resposta...